

Constituintes apóiam a volta ao FMI para ordenar economia

- 5 JUN 1987

JORNAL DO BRASIL

Brasília — Luiz Antonio Ribeiro

BRASÍLIA — O governo deveria reabrir negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para poder organizar a economia internamente e ter condições de obter dinheiro novo dos credores internacionais. Esta foi a conclusão a que chegaram quatro dos cinco constituintes que participaram de um debate promovido pela revista *Exame*, "em busca de um novo modelo".

Durante três horas, em debate transmitido pela TV Executiva da Embratel para todas as capitais, os senadores Severo Gomes (PMDB-SP) e Jarbas Passarinho (PDS-PA) e os deputados Francisco Dornelles (PFL-RJ), César Maia (PDT-RJ) e Guilherme Afif Domingos (PL-SP) discutiram os temas econômicos importantes que estão sendo tratados pela Constituinte.

Com exceção de Severo Gomes, ligado ao grupo progressista do PMDB, todos os parlamentares defenderam a negociação com o FMI. César Maia, identificado com o ex-governador Leonel Brizola, surpreendeu a platéia ao pregar a negociação com o Fundo, no que foi acompanhado pelo ex-ministro da Fazenda Francisco Dornelles e pelos conservadores Jarbas Passarinho e Afif Domingos.

Os parlamentares dividiram-se no diagnóstico da atual crise, se suas raízes são políticas ou econômicas. Para Afif Domingos, a crise é política e surgiu a partir do momento em que o presidente José Sarney abdicou, segundo ele, do direito de indicar o substituto de Dilson Funaro no Ministério da Fazenda. Passarinho, ao contrário, acha que a crise é tipicamente econômica, "porque durante o Plano Cruzado não houve crise política".



Dornelles, Passarinho e Maia: sim ao Fundo Monetário

Carga tributária — A discussão sobre o aumento da carga tributária também dividiu os constituintes. César Maia lembrou a existência de um *lobby fiscalista* agindo junto à Constituinte com o objetivo de arrecadar mais impostos, "mas nenhum tipo de imposto foi criado para taxar o capital". Dornelles, ex-secretário da Receita Federal, observou que a Constituinte não pode definir se haverá ou não aumento da carga tributária, o que ficaria por conta de leis ordinárias.

Sob fogo cerrado dos demais parlamentares, o senador Severo Gomes ficou isolado no debate sobre a presença do estado na economia. "Foi o estado empresário que permitiu o desenvolvimento da economia brasileira", disse Severo, lembrando o exemplo do setor siderúrgico.

Sobre a reserva de mercado, novamente houve discordância. Severo

e César Maia defenderam que a nova Constituição incluía a reserva de mercado para empresas nacionais como princípio geral, cabendo ao governo definir os setores a serem protegidos. Dornelles surpreendeu:

— Sou contra a reserva de mercado. Se eu estivesse no Congresso Nacional na época da Lei de Informática, teria votado contra. Não devemos cerrar nossas portas e termos que receber tecnologia estrangeira — afirmou.

O capital estrangeiro deve ficar sob controle rígido do governo, mas o Brasil não deve se fechar totalmente à presença de capitais externos na economia, foi a conclusão de Severo Gomes e César Maia. Dornelles, por sua vez, defendeu a presença do capital estrangeiro no país, controlado sob as regras atuais, como a lei de remessa de lucros. "Não vejo razão para ter medo do capital estrangeiro", afirmou.

Americanos temem mais reserva

SÃO PAULO — A negativa do Brasil de aceitar um regime de proteção de patentes industriais para o setor farmacêutico e de química fina é a questão que mais preocupa a indústria americana hoje. Os representantes desses setores, que têm investidos entre 10 bilhões e 12 bilhões de dólares no Brasil, confessam-se "muito preocupados" com a notícia de que o Ministério da Ciência e Tecnologia poderá criar uma Secretaria Especial de Química Fina, para desenvolver a produção nacional.

O novo presidente da Câmara Americana de Comércio para o Brasil, seção São Paulo, Christopher Lund, que substituiu David Benadoff, disse temer que "se esteja criando uma nova SEI (Secretaria Especial de Informática) na área de química fina". A tendência brasileira de criar restrições a investimentos estrangeiros em setores de alta tecnologia, como a informática e a química fina e também na área bancária, estaria, segundo ele, sendo a responsável pela queda dos investimentos americanos no país. Em 1986, comparando-se as entradas e saídas de capital americano no Brasil, chega-se a um saldo líquido negativo de 150 milhões de dólares.

No discurso de posse, Lund ressaltou o papel que tem a Câmara "de apoiar, incentivar e defender um

relacionamento cada vez mais proveitoso para ambas as partes (referia-se ao comércio mais amplo entre Brasil e Estados Unidos). Em entrevista logo depois, no entanto, Lund foi incisivo ao deixar claro que leis protecionistas que venham a ser incorporadas à próxima Constituição do país irão "afastar os investidores externos".

Ele defendeu a idéia de que o Brasil deveria reconhecer o direito de patente para o setor farmacêutico e a possibilidade de formação de *joint-ventures* em áreas de alta tecnologia. "Isso traria duas coisas essenciais, investimentos e tecnologia", sintetizou Benadoff, que acompanhava a entrevista de Lund.

Para Lund, o Brasil é uma das melhores oportunidades de investimento no mundo de hoje, com uma economia que cresce à média de 7% ao ano há várias décadas, um tamanho gigantesco, abundância de recursos naturais, capacidade agrícola, infra-estrutura industrial e, principalmente, uma população que deverá chegar a 180 milhões de pessoas até o ano 2000. Os problemas existentes, desde a inflação até posturas protecionistas de mercado, segundo ele, são "passageiros, são turbulência desde 1930". Ele acha que "o bom senso dos constituintes" irá prevalecer, impedindo a inclusão de "discriminação" às multinacionais na Constituição.

O Cade reabre punindo a Kodak

BRASÍLIA — A Kodak Brasileira Comércio e Indústria Ltda. foi condenada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a pagar uma multa de CZ\$ 3,9 milhões — equivalente a cinco mil vezes o maior valor de referência (MVR) — por tentativa de monopólio e reajuste exorbitante nos preços dos serviços de assistência técnica prestados à Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O processo teve origem em agosto de 1981, quando a empresa e a Fundação firmaram contrato para fornecimento de equipamentos e prestação de assistência técnica. Segundo o contrato, a assistência técnica seria fornecida durante 12 meses pela importância fixa e irrevogável de Cr\$ (cruzeiros) 1.580,00.

Antes de vencer o contrato, contudo, a Kodak Brasileira exigiu da Fundação um reajuste de 360%. Diante do fato de que a empresa pratica o monopólio, já que nenhuma outra firma especializada pode prestar assistência técnica em equipamentos produzidos pela Kodak, a Fundação entrou com a denúncia junto ao Cade.

O processo ficou paralisado por quase três anos em decorrência da desativação do Cade. A Kodak terá dez dias, a partir de hoje, para pagar a multa ou recorrer da condenação ao próprio Conselho. Caso o recurso seja indeferido, a empresa não escapará à multa e, se houver reincidência, poderá ter a pena aumentada para 20 mil vezes o maior valor referente (MVR).